

18

O projeto político-pedagógico como eixo norteador de ação pedagógica na escola: desafios para a gestão escolar

The political-pedagogic project as a guiding axis of pedagogical action in school: challenges for school management

Paulo Roberto Oliveira Ribeiro

Universidad De La Integración De Las Américas

Escuela De Postgrado

Maestría En Ciências Da Educação

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação
Curso de mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Dr^a. Catarina Costa Fernandes

DOI: 10.47573/aya.5379.2.77.18

RESUMO

A questão do Projeto Político-Pedagógico tem sido alvo de muitas discussões no contexto socioeducativo vigente. Embora a literatura a esse respeito seja vasta, mesmo assim, no cotidiano escolar, o avanço na busca de compreensão da elaboração desse processo ainda é pouco significativo. Por este motivo se desenvolveu o objetivo geral: Analisar se o Projeto Político-Pedagógico pode se constituir num eixo norteador da prática da gestão escolar com ênfase em uma escola pública Estadual do município de Carauari-AM/Brasil, no período de 2020-2021. Trata-se de uma abordagem qualitativa, de estudo de caso, sendo utilizada como técnica a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas aplicadas aos sujeitos da pesquisa. Os estudos apontaram que a elaboração do Projeto Político-Pedagógico se transforma em uma grande oportunidade para a criação de um espaço de diálogos, visando à busca de melhores caminhos que trilhem os rumos da instituição, concretizando a abertura de espaço para as vivências e as percepções, e causando momentos de reflexão, enfatizando a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico. gestão escolar. participação.

ABSTRACT

The issue of the Political-Pedagogical Project has been the subject of many discussions in the current socio-educational context. Although the literature in this regard is vast, even so, in the school routine, the advance in the search for understanding of the elaboration of this process is still not significant. For this reason, the general objective was developed: To analyze whether the Political-Pedagogical Project can constitute a guiding axis of the practice of school management with an emphasis on a State public school in the municipality of Carauari-AM/Brazil, in the period 2020-2021. It is a qualitative approach, a case study, using as a technique the content analysis of semi-structured interviews applied to the research subjects. The studies showed that the elaboration of the Political-Pedagogical Project becomes a great opportunity for the creation of a space for dialogues, aiming at the search for better paths that tread the directions of the institution, materializing the opening of space for the experiences and perceptions, and causing moments of reflection, emphasizing the construction of a more just and democratic society.

Keywords: political-pedagogical project. school management. participation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo exemplifica uma abordagem no âmbito da gestão escolar. Em análise no Projeto Político-Pedagógico onde constitui-se como processo democrático nas tomadas de decisões, tendo como objetivo organizar o trabalho pedagógico, no sentido de trabalhar a superação de conflitos corporativas e autoritárias.

O espaço de gestão escolar é construído com o envolvimento de todos através da discussão, análise e posicionamento, e está organizado nos níveis pedagógico e político. Se intenciona na formação e rentabilidade do ensino. Sendo necessária a interferência nesta direção caso se necessite. Objetivo geral: Analisar se o Projeto Político-Pedagógico pode se constituir num eixo norteador da prática da gestão escolar em um Escola Estadual, do município de Carauari/ AM.

O Projeto Político-Pedagógico é compreendido como um instrumento de identidade da escola, que retrata o modelo de sociedade que a escola quer construir. A palavra Projeto vem do latim *Projectu* ou *Proiecto*, que significa lançar para diante, arremessar; a palavra Pedagógico deriva do grego *Paidéia*, que significa educação, ensino, método de ensino, e a palavra Político, também originada do grego *Politikos*, significa homens que nasceram em uma cidade (*polis*), livres e iguais. Assim, no sentido etimológico, o PPP pode ser considerado como o resultado de um trabalho coletivo, voltado para o futuro de uma comunidade.

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico deve expressar a reflexão e o trabalho conjunto de todos os profissionais da escola para atender às diretrizes do sistema educacional nacional. O exercício de viver o Projeto Político-Pedagógico possibilita às pessoas envolvidas a oportunidade de dar um novo significado a sua prática, em que os projetos individuais e coletivos caminham, estabelecendo a reflexão das relações e das práticas, em um movimento de ação-reflexão-ação.

Desta maneira, ele se constitui como um documento democrático de decisões, tendo como preocupação diminuir os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. Embora a grande discussão sobre o PPP tenha surgido na década de 90, atualmente esse documento norteador é obrigatório em todas as instituições de ensino.

Nesta direção investigativa, o autor mobiliza o questionamento fundamentado na Lei nº 9.394/96 (LDBEN), que prevê no seu artigo 12, inciso I, as instituições de ensino que respeitam as normas comuns e as do seu sistema de ensino têm a tarefa de preparar e implementar a sua proposta pedagógica. Essa exigência legal baseia-se na ideia de que uma das principais tarefas das escolas é refletir sobre a intencionalidade pedagógica.

FUNDAMENTO E MOBILIZAÇÃO DO ENSINO

A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1.971 foi imposta praticamente sem discussão, ao contrário da Lei de Diretrizes e Bases da Educação anterior, a de 1.961, que foi amplamente discutida pelo Congresso e pela sociedade; neste caso, o legislativo só tinha um prazo de quarenta dias para avaliar a matéria. Foi uma reforma autoritária.

A LDBEN de 1971 trouxe mudanças na estrutura do ensino do primeiro e segundo graus e do ensino superior. O artigo 1º da Lei nº 5692/71 dizia que o ensino de 1º e 2º graus teria por objetivo proporcionar ao aluno a formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades, preparando-o para exercer conscientemente a cidadania, qualificando-o para o trabalho e para sua autorrealização.

Com isso, o primário e o ginásio foram unificados, passando a se denominar primeiro grau, com a duração de oito anos. A partir da Lei nº 5.692/71, a obrigação do Estado em oferecer educação pública e gratuita deixou de ser de quatro anos, passando para oito anos, porém, com limite de idade entre os sete e os quatorze anos. Entretanto, um problema que surgiu foi que quem conseguia ter acesso à escola, em grande parte não concluía o curso primário na idade prevista, ficando sem o certificado de conclusão, já que a responsabilidade era manter na escola até aos quatorze anos de idade.

A discussão e a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96, teve início após a Constituição Federal de 1988, envolvendo conflitos e polêmicas entre os setores da área educacional. O Senador Darcy Ribeiro foi o autor do texto final. Por esta razão, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou a ser conhecida como Lei Darcy Ribeiro.

A análise da referida lei nos leva a concluir que ela considera a autonomia, a flexibilidade e a liberdade como meios necessários para resgatar os compromissos da escola e do educador por meio de uma aprendizagem de qualidade.

A Lei nº 9394/96 preocupa-se com um ensino que priorize conhecimentos e competências, considerando que o aluno precisa ser afastado da condição de mero espectador passivo, de memorizador de conteúdo, que use menos a memória e mais o raciocínio. A escola de hoje é chamada a incorporar os avanços advindos das novas tecnologias.

Busca-se garantir o maior grau possível de liberdade no processo de classificação dos alunos, sempre diante do compromisso de aprendizagem adequada, a que serve o intento de formalização legal. O nível maior de liberdade aparece na possibilidade de classificar o aluno de maneira independente da escolarização anterior, desde que exista avaliação e dentro de regulamentação pertinente. Pode-se alegar que isto já é demais. (DEMO, 1997, p.21)

O autor questiona até que ponto, na prática, esta insistência na flexibilização vai de encontro com a busca pela qualidade na educação, pois pode servir aos mais variados golpes e interesses políticos se o texto da Lei não for minimamente respeitado. Assim, a flexibilidade não pode ser confundida, no sentido de não se prestar mais contas a ninguém, num verdadeiro vale-tudo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) consiste na referência explícita que ela faz à necessidade de que cada estabelecimento de ensino elabore e execute seu Projeto Político-Pedagógico.

A (Lei nº 9.394, de 1996) confia à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Em seu artigo 12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996), deixando explícita a ideia de que a escola não pode pôr de lado a reflexão sobre sua intencionalidade educativa.

A partir daí, o Projeto Político-Pedagógico passou a ser objeto prioritário de estudo e muita reflexão, sendo visto como uma necessidade da escola de hoje, com os novos paradigmas e exigências impostas pela sociedade moderna e como um instrumento facilitador do trabalho pedagógico na Instituição, seja ela de qualquer nível.

Descentralização e autonomia são incluídas como condições necessárias para um Projeto Político Pedagógico autêntico. Considerando que é através deste que a comunidade educativa estabelece a identidade da escola, adequando-a ao quadro legal em vigor e apresentando o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos, é imprescindível um sistema de ensino descentralizado e uma escola com um grau de autonomia suficiente que lhe permita definir e implementar o seu próprio projeto educativo.

Em um contexto de descentralização do sistema, gestão democrática e pluralismo de

ideias e concepções pedagógicas, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dedica três artigos para estabelecer essa exigência.

Embora não se possa dizer que a ideia de Projeto Político-Pedagógico tenha nascido com ela, é inegável sua contribuição para a disseminação dessa prática que muitas escolas só agora estão aprendendo a fazer ou só agora estão fazendo coletivamente. O Ministério da Educação (MEC) lança em 1997 o documento intitulado PCN, um guia curricular organizado em disciplina e por ciclos para o ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Ministério de Educação e dos Desportos (MED), incluem a Educação Ambiental como tema a ser inserido transversalmente nas diversas áreas do conhecimento.

Os PCNs são “uma referência nacional para o Ensino Fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação” (1997a, p.14). Em outras palavras, os PCNs pretendem ser um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos do ensino fundamental e seus conteúdos mínimos. Até a presente data muitas mudanças já foram feitas, tanto no âmbito político como educacional. Atualmente, o Brasil vive uma nova realidade.

Importância no projeto político pedagógico

O gestor(a) escolar é responsável pela influência intencional e sistemática da escola sob sua responsabilidade, justamente por seu papel de liderança, pois gerir uma escola não é tarefa simples, sendo necessárias várias competências para o gestor (a) e, para além de todas elas, faz-se necessário também ter disposição e vontade de mudança. Lück (2006) fala que:

Cada profissional individual desempenha um conjunto inter-relacionado de funções, cujo desempenho requer conhecimentos, habilidades e atitudes específicas e articuladas. A definição de padrões de desempenho baseados em competências é um pré-requisito fundamental para que os sistemas de ensino possam selecionar profissionais com as melhores qualificações para atuar, conforme suas responsabilidades, e orientar e sustentar o desenvolvimento contínuo da prática dessas competências a partir de sua avaliação, a fim de orientar a sua melhoria. É também da responsabilidade do diretor ou do candidato o exercício dessas funções de forma a realizar um trabalho efetivo na sua escola, a orientar-se pelo exercício das competências deste trabalho. O primeiro passo, portanto, é obter uma visão de alto nível do seu trabalho e das habilidades necessárias para executá-lo. Então você precisa montar um programa para desenvolver as competências necessárias para enfrentar seus desafios em cada uma das dimensões. Se você já está trabalhando, cabe a você definir uma lista específica de competências para poder avaliar diariamente seu desempenho como estratégia de auto monitoramento e avaliação. (LÜCK, 2006, p13).

Nesse sentido, definir o papel político que a escola exerce é de extrema importância no Projeto Político Pedagógico. Quando a gestão está articulada com seus pares, no exercício dessa liderança, o gestor(a) deve levar em consideração diversos aspectos da gestão de pessoas, como a motivação, formação de equipe e compartilhamento de responsabilidades, capacitação profissional, comunicação, relacionamento interpessoal.

No entanto, é necessário ter compreensão do planejamento participativo como processo que se realiza no espaço escolar. Lück (2006) apresenta algumas Dimensões da Gestão Escolar e suas competências:

Gestão dos Resultados Educacionais: A gestão de resultados educacionais, de acordo com o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar (uma realização conjunta do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais

país de Educação (UNDIME), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Fundação Roberto Marinho (FRM)), abrange processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola. Dentre eles se destacam os indicadores de qualidade como avaliação e melhoria contínua do projeto pedagógico da escola, a análise, divulgação e utilização dos resultados alcançados, a identificação dos níveis de satisfação da comunidade escolar com o trabalho da sua gestão e transparência de resultados.

Gestão Democrática e Participativa: Consiste na realização da gestão democrática, sendo um princípio definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 3º. Inciso VIII), e na Constituição Federal (Art. 206, inciso VI).

Uma vez que a liderança democrática exige a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente em prol dos objetivos educacionais, o trabalho dos dirigentes escolares é baseado em suas habilidades de liderança, que se expressam em sua capacidade de influenciar o desempenho das pessoas (professores, funcionários, alunos, pais e outros). Para a consecução destes objetivos e a sua participação na implementação das medidas educativas necessárias à sua consecução.

Essa gestão trata-se de uma dimensão abrangente e complexa, de caráter eminentemente político, uma vez que dá poder a pessoas, poder este que é legítimo no contexto educacional, na medida em que é promovido tendo por orientação a contribuição para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e formação dos alunos, com a participação dos pais, da comunidade interna e externa da escola.

O mesmo se baseia no pressuposto de que a educação é um processo social colaborativo que requer a participação de todos da comunidade escolar, bem como dos pais e da sociedade em geral. A qualidade da educação para todos resulta dessa participação conjunta e organizada, princípio da democratização da educação.

Lück (2006) afirma que, para que a gestão participativa aconteça, é necessário seguir alguns passos iniciais, que incluem:

1 - Escreva um código de valores que represente o compromisso de todos na escola com a gestão participativa. Frases que abordam valores muitas vezes podem ser apenas uma estratégia de relações públicas. No entanto, se uma frase for desenvolvida com base na discussão de um grande grupo de funcionários, ela pode servir como um guia para o que a organização deseja alcançar. As pessoas podem ser influenciadas e motivadas por um maior senso de propósito, e frases sobre conceitos e valores podem orientar esses esforços.

2 - Construir o compromisso pessoal de todos com a escola. É preciso uma liderança forte para superar os vários obstáculos e dificuldades. Se o diretor e a equipe de apoio não estiverem envolvidos, os professores sempre questionarão se seu envolvimento está sendo levado a sério ou se é realmente válido.

3 - Promoção da formação em serviço de professores e pais para que desenvolvam as competências necessárias à ação participativa. A gestão participativa, como o ensino, é uma forma de arte quando bem praticada. No entanto, a gestão participativa é baseada em habilidades e técnicas específicas. Ao desenvolver essas habilidades, os membros da escola precisam de tempo para aperfeiçoá-las.

4 - Distribuir informações de cima para baixo na organização. O aconselhamento é um esforço de mão dupla. Se esse processo envolver a troca de ideias entre dirigentes escolares e professores, o ambiente de consulta será mais propício. E embora nem todos os professores tenham interesse em participar do processo decisório, a maioria quer saber

que um de seus pares participou do processo, representando suas percepções. A liderança participativa é uma estratégia para melhorar a qualidade da educação. É a chave para desbloquear a riqueza humana presa no sistema educacional do senso comum. (LUCK, 2006, p.89).

Portanto, saber ouvir opiniões são algumas sugestões para a realização desse tipo de trabalho. Paro (2002) menciona o diálogo como ponto fundamental da gestão participativa, pois por meio dele o sujeito se torna consciente e age de forma consciente.

O diálogo constante cria a certeza de que a liderança participativa é praticada na escola. A participação da comunidade na elaboração dos projetos educativos que pretende desenvolver se faz por meio de reuniões e encontros na própria escola.

A comunicação direta com as escolas parte do pressuposto de que elas são o lugar central da educação e, portanto, devem se tornar o polo irradiado da cultura para reproduzi-la e desenvolvê-la.

Autonomia significa que cada escola tem o poder de escolher e desenvolver seu próprio projeto educacional, devendo ser realizada uma avaliação constante do desempenho escolar, pois este será parte integrante do projeto educacional na aquisição de sua emancipação.

A comunicação aberta e clara pode ser uma estratégia eficiente que pode promover visão geral e facilitar a possibilidade de integração da comunidade escolar consigo mesma e com a comunidade local.

Gestão de Pessoas: Na gestão de pessoas, através de sua atuação coletivamente organizada, constitui-se o coração do trabalho de gestão escolar

As demandas e possibilidades de atuação sob a dimensão da gestão de pessoas são múltiplas, pois interferem em todas as ações da escola e se articulam com todas as demais dimensões de gestão escolar.

O diretor da escola é um líder educacional que mobiliza e orienta todos os participantes da comunidade escolar para facilitar o desenvolvimento de uma visão global da educação, o papel da escola e todos os participantes dela; na articulação de esforços; na divisão de responsabilidades conjuntas; na formação de uma cultura de aprendizagem; na integridade, ética e equidade, expressa por meio de equipes de trabalho continuamente monitoradas, orientadas e incentivadas. (LÜCK, 2006, p. 87)

Gandin (2002) enfatiza que, como uma tendência (uma escola) dentro do campo de propostas de ferramentas para intervir na realidade, numa visão estratégica que vai muito além da participação passiva de antes, mas que trata da participação como distribuição de poder, que possibilita ao sujeito conhecer a situação real da escola.

Em termos de defesa da ideia de gestão partilhada, acredita-se que há necessidade de uma escola bem gerida, organizada pela vontade da maioria e adotando uma atitude aberta e democrática. Portanto, a comunidade escolar vê-se desafiada a promover a combinação de liderança forte e atuante num processo participativo de tomada de decisões.

Sob a coordenação e orientação do gestor, a comunidade escolar constrói o Projeto Político-Pedagógico da escola. Neste aspecto, a participação de todos é primordial, assim como as formas de viabilizá-la. Não se pode ficar apenas no discurso da gestão democrática e, na prática, isto se limita à participação em eleições e assembleias.

Porém, torna-se necessário que sejam criados espaços de participação, partindo do aspecto de que a escola é pública e a sociedade precisa se apropriar desta ideia, conscientizando-se de sua responsabilidade para com o que é público no país. Por que alguém iria comprometer-se com algo que não lhe pertence?

Participação não é um simples processo de colaboração, pois, desta forma, não gera compromisso e responsabilidade com relação à determinada situação. Todos precisam entender a quem a escola serve e pertence efetivamente.

Participar e compartilhar na construção de uma escola de qualidade traz resultados para toda a comunidade. De certa forma, é fazer um investimento em algo que gera benefícios para o todo, para o social. É sentir-se parte integrante deste contexto.

Para Lück (2006), uma gestão democrática e comprometida com toda comunidade escolar, o esforço dos alunos, participação e compartilhamento dos pais são valiosos requisitos para a construção de uma escola capaz de transformar a vida desses alunos. Uma gestão comprometida pressupõe a articulação de todos os componentes que interferem na realização do trabalho educacional.

Assim, para se fazer uma gestão compartilhada não há receitas, pois ela é muito mais filosofia ou política de trabalho do que técnica. Cada organização pode criar seus próprios métodos. Porém, o trabalho de grupo é uma das ferramentas mais importantes desse modelo de gestão e, para praticá-la normalmente, é preciso recorrer a alguma forma de trabalho de grupo.

Segundo Fantini, (2013), como a gestão compartilhada implica o maior envolvimento do grupo nas decisões e o aumento da sua autonomia, a responsabilidade pelas atividades passa a ficar mais participativa entre as duas partes, chefe e grupo.

A gestão participativa e compartilhada também não resolve problemas cuja solução depende mais da competência de um único indivíduo que de uma multidão de pessoas interessadas.

Para Fonseca (2018, p.17), “é mito a ideia de que as decisões tomadas por grupo sempre têm qualidade melhor e são intrinsecamente superiores às decisões individuais.”

Acreditar nisto é aceitar a ditadura coletiva. Alerta-se, porém, que adotar uma gestão compartilhada é mudança de postura que exige a aquisição de novas habilidades e não simplesmente mudança de procedimentos. Entre a implantação e o funcionamento eficaz, é necessário tempo para o aprendizado, pois nenhuma técnica se implanta de um dia para outro, muito menos novas filosofias para gerenciar pessoas.

MARCO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola Estadual, do município de Carauari-AM/Brazil, no período de 2020-2021. Os sujeitos da pesquisa foram 04 (quatro) professores que lecionam nas turmas do 6º ao 9º ano, e a gestora da Escola. A abordagem qualitativa vem se afirmando como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas na área de Educação.

O estudo de caso é um método qualitativo, geralmente consistindo no aprofundamento de uma única unidade. Serve para responder a questões que o pesquisador tem pouca influência sobre o fenômeno em estudo. No entanto, a abordagem qualitativa tem a característica de não enfatizar as variáveis envolvidas no fenômeno, mas de compreendê-lo. Sua finalidade é reconstruir a realidade em estudo, a complexidade em seu ambiente habitual e a contextualização do ambiente (SAMPIERI, 2006).

ANALISE DE RESULTADOS

Organização e entrevista

A gestão democrática baseia-se na articulação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo de gestão. Quando questionados sobre como classificam o processo de gestão escolar, responderam:

“É uma gestão democrática. Pois elas conseguem realizar, mesmo que não na totalidade, mas tentam realizar um trabalho com participação. Assumem posturas democráticas.” (P1)

“É Gestão democrática, porque presta conta das ações. Quando quer desenvolver alguma ação, esta consulta o apoio pedagógico, os docentes, para que atividades sejam desenvolvidas com qualidade.” (Coordenadora Pedagógica)

“É uma gestão é experiente, gerenciada, apresentando o controle das ações desenvolvidas nos três turnos de funcionamento. É também gestão participativa, pois promove a participação e o andamento das ações. As pessoas, funcionários, contribuem muito para um bom andamento da gestão das ações. A Escola foi dividida por setores para poder funcionar melhor.” (P2)

“É uma gestão democrática, em parte, pois a gestão precisa melhorar ainda, principalmente, porque algumas pessoas, como os funcionários, confundem gestão democrática como liberdade de fazer o que querem. Esta precisa melhorar ainda essa relação.” (P3)

“É uma gestão democrática onde todos participam; toda comunidade escolar.” (P4)

“Estamos em aprendizagem para nos tornarmos democrática. Ainda falta muita coisa. A escola, seus sujeitos, têm uma cultura que não é fácil abandonar. Isso é um aprendizado, exercício que a escola precisa fazer, já que o discurso não é novo... Já se vem falando há algum tempo.” (G1)

Nesses depoimentos fica claro que a concepção dos sujeitos sobre a gestão escolar oscila entre democrático-participativa. Então, constatou-se que as percepções dos atores em relação à concepção sobre a caracterização da gestão escolar evidenciam que muitos dos informantes admitem que a gestão da Escola seja democrático-participativa, justificando que a gestão vem implementando ações que favorecem a participação dos segmentos nas decisões de cunho administrativo, pedagógico e político.

Avaliação dos resultados

Ficou comprovado que precisa-se realmente se ter um olhar diferenciado quanto à elaboração do PPP como um documento que irá definir as ações da escola. Enfatizaram a ideia de que a construção do Projeto Político- Pedagógico deve contemplar, na sua essência, a qualidade de ensino a ser oferecida, pautando-se na gestão democrática, o qual irá definir momentos para

novos pontos de partida na transposição dos obstáculos, redimensionando a prática pedagógica, de forma que esta atenda àquilo que a maioria deseja.

Considerando que os tempos atuais refletem valores cada vez mais distantes da natureza dos seres humanos, e que a violência e a imoralidade se tornaram presenças quase normais na vida das pessoas, ressalta-se o papel da escola na formação do homem, provendo-o de mecanismos de adaptação e reconstrução do meio em que vive, tudo isso deve ser pensado no Projeto Político-Pedagógico.

Uma escola que persegue seu PPP com perseverança e viabiliza a gestão democrática em seu espaço aparece na LDB (Gestão Democrática) em conexão com o envolvimento dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico escolar e o envolvimento da comunidade escolar local nos conselhos alunos ou equivalente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é reflexo de uma produção técnica científica onde se procurou analisar como o Projeto Político-Pedagógico pode se constituir num eixo norteador de ação pedagógica no espaço escolar, tendo como método de pesquisa o estudo de caso. Os pesquisados enfatizam que a escola não pode ser meramente um instrumento de repasse de conhecimentos prontos e acabados, e também não deve ser instrumento de dominação e manutenção de privilégios, mas, ao contrário, deve estar voltada para a inclusão social, com clareza dos propósitos que estejam de acordo com os interesses da comunidade da qual faz parte.

Ficou comprovado que o Projeto Político-Pedagógico é um projeto de uma sociedade democrática, não apenas nas suas relações sociais e econômicas, mas com uma concepção ampla de educação que se preocupa com a formação de cidadãos ativos, aptos a participar da sociedade de seu tempo. Ele também permite à comunidade escolar construir, coletivamente, amplos consensos em relação à vida escolar.

No entanto, o mais importante é que esse Projeto desenvolvido por toda comunidade escolar propõe a vivência de um exercício reflexivo e constante, direcionado para a tomada conjunta de decisões e para uma ação pedagógica relacionada à realidade conhecida, podendo representar a grande oportunidade que a comunidade tem para definir coletivamente o seu futuro.

Ainda, quanto à gestão democrática, reforçam que esta não depende unicamente do gestor, por mais que ele tenha a intenção de ser democrático. Um bom trabalho, nessa perspectiva, só é possível quando toda a comunidade escolar se propõe a esse fim.

REFERÊNCIAS

DEMO. A competência é descrita por Terezinha Rios (1997, p. 129).

FANTINI, Tania Sueli. A gestão compartilhada como elemento fundante da escola comunitária. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Itajaí, 2019 Disponível em: siaibib01.univali.br (Acesso março de 2021).

FONSECA, V. Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2018.

GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 5ª ed., São Paulo: Loyola, 2002.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 5692/71 (revogada). Brasília :Gráfica Oficial, 1971.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20.12.1996 (em vigor). Brasília: Gráfica Oficial, 1996.

LUCK, H. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 4ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PARO Vitor Henrique. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã, 2002.

SAMPIERI, Roberto Hernández. Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.